

## FAQs Preços de Transferência

Perguntas e respostas sobre  
a temática de preços de  
transferência

Janeiro, 2020

- contabilidade e reporting
- assessoria fiscal
- recursos humanos
- corporate finance
- risco e compliance
- seguros
- formação



A member of



Independent legal & accounting firms

# Índice

ENQUADRAMENTO	3
O QUE SÃO OS PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA?	5
O QUE É RELAÇÃO ESPECIAL?	5
EXISTEM OBRIGAÇÕES DECLARATIVAS?	6
NO QUE CONSISTE O MODELO 54?	8
NO QUE CONSISTE O MODELO 55?	9
O QUE SÃO OPERAÇÕES VINCULADAS?	9
PORQUE DEVE SER ORGANIZADO O DFPT?	10
QUEM DEVE ORGANIZAR O DFPT?	10

QUANDO DEVE SER ENTREGUE?	11
DURANTE QUANTO TEMPO DEVE SER MANTIDO?	11
ARQUIVAR CONTRATOS E FATURAS É UM DFPT?	12
QUAIS AS INFORMAÇÕES QUE DEVE CONTER?	12
COMO SE JUSTIFICAM OS PREÇOS PRATICADOS?	13
EXISTEM COIMAS?	13
COMO SE DEVE PREENCHER A IES?	14
EXEMPLOS PRÁTICOS	14-15
CONTACTOS	16

A presente apresentação não dispensa a leitura da legislação em vigor da temática em causa ([Artigo 63.º do CIRC](#) e [Portaria n.º 1446-C/2001, de 21 de dezembro](#))

## Enquadramento

A temática dos preços de transferência constitui um dos assuntos da ordem do dia quando nos referimos aos conteúdos de matéria fiscal das organizações. A administração fiscal encontra-se cada vez mais atenta a este tema e às suas particularidades, realizando recentemente alterações significativas ao regime de preços de transferência (Lei 119/2019, de 18 de setembro).

Este regime vê agora o seu âmbito alargado, passando a aplicar-se a todas as operações efetuadas entre um sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a IRC, com a qual esteja em situação de relação especial, quando anteriormente a aplicação se limitava a operações comerciais e financeiras.

A escolha do método para a determinação dos termos e condições praticados passa a incidir na natureza da operação, na disponibilidade de informações fiáveis e no grau de comparabilidade entre as operações efetuadas e outras substancialmente idênticas. Passando agora a ser possível a utilização de outro método, técnica ou modelo de avaliação económica de ativos geralmente aceites, abandonando-se para o efeito a hierarquização dos métodos.

A informação empresarial anual passará a exigir a identificação das metodologias de determinação dos preços de transferência e respetivas alterações e a indicação do valor das correções efetuadas na determinação do lucro tributável pela não observância do princípio da plena concorrência.

## Enquadramento

A economia mundial e a internacionalização dos mercados tem vindo a assistir a um progresso admirável fruto do progresso tecnológico, da crescente liberalização dos mercados e do desenvolvimento das economias nacionais.

As empresas multinacionais estão no centro desta economia globalizada e as trocas comerciais entre empresas pertencentes ao mesmo grupo económico, que vão desde a transação de bens (ou prestação de serviços) a operações de financiamento.

Por questões estratégicas, operacionais e por vezes exclusivamente económicas, as diversas vertentes da atividade dos grupos internacionais encontram-se dispersas por vários países.

Esta situação levou as administrações tributárias e os diversos organismos internacionais a refletir sobre o tema com maior acuidade, tornando os preços de transferência uma problemática relevante na atualidade.

É importante rever este tema com o apoio de uma equipa especializada se a sua empresa estabelece com outras entidades relacionadas algum tipo de transação, nomeadamente, partilha de custos ou serviços, aquisições ou venda de mercadorias e empréstimos.

Com o objetivo de auxiliar na compreensão desta temática, no preenchimento da IES e na organização do Dossier Fiscal de Preços de Transferência (DFPT), disponibilizamos uma versão de perguntas e respostas (FAQs) sobre dúvidas frequentes.

## FAQ 1

### O QUE SÃO OS PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA?

Os preços de transferência são os preços pelos quais uma empresa transfere bens, direitos ou serviços a outra entidade com a qual esteja em situação de relação especial.

## FAQ 2

### O QUE É RELAÇÃO ESPECIAL?

Estamos perante uma relação especial entre duas entidades nas situações em que uma tem o poder de exercer, direta ou indiretamente, influência significativa nas decisões de gestão da outra. Esta influência é verificada nos termos do n.º4 do artigo 63.º do CIRC:

- Quando controladas direta ou indiretamente por interesses comuns:
  - ✓ Participação comum direta ou indireta no capital superior a 20%;
  - ✓ Relações familiares;
  - ✓ Membros de órgãos sociais, de órgãos de gestão, administração e/ou fiscalização;
  - ✓ Contrato de subordinação ou grupo paritário (artº 493º e artº 494 CSC);
  - ✓ Inseridas no mesmo perímetro de consolidação financeira;
- Quando dependentes do ponto de vista comercial, financeiro ou jurídico;
- Quando uma delas seja residente em “paraíso fiscal” (Portaria 291/2011).

## FAQ 3

### EXISTEM OBRIGAÇÕES DECLARATIVAS EM SEDE DE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA?

Sim.

A existência de operações vinculadas entre as entidades relacionadas pressupõe um conjunto de obrigações declarativas que passamos a enumerar:

- MODELO 22 (ponto 8 do artº 63º do CIRC) – adicionar ao lucro tributável correções positivas ao lucro contabilístico quando resultem de operações com não residentes em que não se observem preços de mercado.
- IES – Anexo H – Quadro 31 e 32 (nº 6, 7 e 8 do artº 63º do CIRC) – Operações com entidades relacionadas:
  - ✓ Identificar entidades relacionadas residentes e não residentes, no caso de ser não residente, apenas se deve indicar a denominação da entidade;
  - ✓ Indicar a natureza das transações e da relação com a entidade relacionada;
  - ✓ Declarar montantes das transações;
  - ✓ Indicar se a entidade é sujeita a um regime fiscal claramente mais favorável;
  - ✓ Declarar o valor dos efeitos do não cumprimento do princípio de plena concorrência;

- ✓ Indicar métodos de determinação de preços de transferência e se houveram alterações entre exercícios;
- ✓ Declarar se tem/não tem **dossiê de preços de transferência organizado**;
- ✓ Indicar se o modelo de negócio sofreu ou não alterações;
- ✓ Declarar valor dos ajustamentos à MOD22.
- IES – Anexo H - Quadro 4 - Identificação dos rendimentos obtidos de entidades não residentes por país:
  - ✓ Indicar a natureza dos rendimentos;
  - ✓ Declarar o montante das transações;
  - ✓ Declarar o imposto pago no estrangeiro.
- ABDR – Divulgar as entidades relacionadas com quem estabeleceu transações durante o exercício e a sua valorização.
- Modelo 54 - entidade reportante do CbCRE.
- Modelo 55 - CbCR Country By country Report.

## FAQ 3

### **EXISTEM OBRIGAÇÕES DECLARATIVAS EM SEDE DE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA?**

Não existe na legislação qualquer menção à metodologia a aplicar aos valores a incluir na IES, no entanto, o sujeito passivo pode seguir uma de duas óticas: de tesouraria ou de resultados/económica. Na primeira, procura-se analisar as entradas e saídas de valores na empresa, enquanto que na segunda se deve considerar tudo o que teve impacto em resultados (rendimentos/gastos). Neste último caso, sempre que o IVA for dedutível, então não deve ser considerado no apuramento dos valores.

Importa ressaltar que se deve manter o critério de apuramento dos valores para a IES entre os exercícios.

No que concerne à organização do Dossier Fiscal de Preços de Transferência (DFPT), julgamos que esta deve ter em consideração os valores que impactam os resultados da empresa.

De referir que os montantes considerados nas várias peças contabilísticas/fiscais (IES, DFPT e ABDR) devem ter implícito um raciocínio lógico coerente entre si, no entanto, não é imperativo que os valores sejam iguais.

## FAQ 4

### **NO QUE CONSISTE O MODELO 54 – COMUNICAÇÃO DA IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE DECLARANTE – DECLARAÇÃO FINANCEIRA E FISCAL POR PAÍS?**

O Modelo 54 enquadra-se na Portaria n.º 367/2017 de 11 de dezembro.

O artigo 121.º A do Código do IRC veio introduzir a obrigação das entidades-mãe finais, ou as entidades-mãe de substituição de grupos multinacionais, cujo total de rendimentos consolidados seja igual ou superior a 750 milhões de euros no período imediatamente anterior, e em determinadas situações as empresas constituintes destes grupos, apresentarem uma declaração de informação financeira e fiscal por país ou jurisdição fiscal.

Este modelo de comunicação para a identificação da entidade declarante surgiu para garantir a aplicação do n.º 4 do artigo 121.º A do Código do IRC, que exige que qualquer entidade, residente ou com estabelecimento estável em território português, que integre um grupo no qual alguma das entidades esteja sujeita à apresentação da declaração de informação financeira e fiscal por país ou por jurisdição fiscal, comunique por via eletrónica, se é ela a entidade declarante ou, caso não o seja, a identificação da entidade declarante do grupo, o país ou jurisdição em que esta é residente para efeitos fiscais.

Esta declaração deve ser apresentada relativamente aos períodos de tributação com início em ou após 1 de janeiro de 2016 (a submeter em 2017 e seguintes).



## FAQ 5

### **NO QUE CONSISTE O MODELO 55 – CbCR Country By country Report?**

O declaração Modelo 55, destina-se a dar cumprimento ao n.º 3 do artigo 121.º A do Código do IRC. A Portaria n.º 383-A/2017 de 21 de dezembro, aprova o modelo oficial de declaração financeira e fiscal por país e regula os suportes e os procedimentos do regime de envio desta declaração.

O cumprimento desta obrigação declarativa deve ser efetuado, preferencialmente, pelo envio, através do Portal das Finanças, de um ficheiro com o formato XML cujas características, estrutura e esquema de validações constam do Anexo II da Portaria supra referida.

## FAQ 6

### **O QUE SÃO OPERAÇÕES VINCULADAS?**

As operações vinculadas são aquelas que são efetuadas entre um sujeito passivo de IRS ou de IRC e qualquer outra entidade, sujeita ou não a estes impostos, com a qual esteja em situação de relação especial.

Estas operações devem ser analisadas em sede de preços de transferência e podem ser de índole:

- Financeira (empréstimos, apoios de tesouraria, ...); ou

- Comercial (transmissão de bens e/ou serviços, utilização de ativos e outros – venda de mercadorias e outros produtos, prestação de serviços, juros de empréstimo, royalties auferidos, outros; aquisição de bens e/ou serviços, utilização de ativos e outros – compras de mercadorias e outros produtos, serviços intragrupo, juros de empréstimo, aquisição de AFT e AI; garantias e/ou colaterais concedidos; garantias e/ou colaterais obtidos).

## FAQ 7

### **PORQUE DEVE SER ORGANIZADO O DFPT?**

O DFPT deve ser organizado para demonstrar que as condições praticadas nas transações com entidades relacionadas estão em conformidade com o princípio de plena concorrência e, nos casos em que não esteja a ser cumprida, identificar os ajustamentos à matéria coletável.

## FAQ 8

### **QUEM DEVE ORGANIZAR O DFPT?**

As empresas que apresentem um valor anual de vendas líquidas e outros proveitos igual ou superior a 3 000 000 € no ano N, deverão organizar dossier no ano N+1.

## FAQ 9

### QUANDO DEVE SER ENTREGUE?

Deve estar organizado até ao termo do prazo para entrega da declaração anual de informação contabilística e fiscal (IES).

A entrega à AT só é obrigatória para os casos de empresas abrangidas pelo RETGS (Regime Especial de Tributação de Grupos Societários) e sujeitos passivos objeto de acompanhamento pela Unidade de Grandes Contribuintes. O dossier deverá ser entregue em formato papel ou digital à AT como parte integrante do dossier fiscal até ao termo do prazo para entrega da declaração anual de informação contabilística e fiscal (IES).

## FAQ 10

### DURANTE QUANTO TEMPO DEVE SER MANTIDO EM ARQUIVO NA EMPRESA?

A documentação fiscal deve permanecer na empresa durante 10 anos após a sua elaboração.

A documentação referente aos anos 2014 a 2016 deve permanecer na empresa durante 12 anos (OE2014).

## FAQ 11

### ARQUIVAR CONTRATOS E FATURAS É POR SI SÓ UM DFPT?

Não.

É necessária uma análise de funções, ativos e riscos, seleção do método de preços de transferência mais apropriado a cada caso em concreto, de entre os contemplados na legislação, e realizar a análise económica das operações com recurso a bases de dados especializadas e/ou com recurso a outras informações fornecidas pelo cliente/pesquisadas na internet.

## FAQ 12

### QUAIS AS INFORMAÇÕES QUE UM DFPT DEVE CONTER?

Devem constar informações de análise de ativos, funções e riscos assumidos, identificação e valorização das operações vinculadas, enquadramento legal da situação de relação especial com as diversas entidades relacionadas e, por fim, elaboração de estudo estatístico para validação dos termos e das condições praticadas nas operações vinculadas.

## FAQ 13

### COMO SE JUSTIFICAM OS PREÇOS PRATICADOS?

O sujeito passivo deve adotar qualquer dos métodos (método do preço comparável de mercado, método do preço de revenda minorado, método do custo majorado, método do fracionamento do lucro, método da margem líquida da operação ou outro método), tendo em conta, entre outros

aspetos, a natureza da operação, a disponibilidade de informações fiáveis e o grau de comparabilidade entre as operações ou séries de operações que efetua e outras substancialmente idênticas, efetuadas entre entidades independentes (n.º 3 do artigo 63.º CIRC).

## FAQ 14

### EXISTEM COIMAS PARA QUEM NÃO ORGANIZA A DOCUMENTAÇÃO DE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA?

Sim.

A falta de apresentação da documentação respeitante à política adotada em matéria de preços de transferência é punível com coima de 500 € a 10 000 € (elevado para o dobro no caso de pessoa coletiva (artº 26.º do RGIT), sem prejuízo de ser

aplicada coima mais gravosa caso o dossier não venha a ser efetivamente disponibilizado. Acrescida de 5 % por cada dia de atraso na entrega de documentação de preços de transferência (n.º 6 do artigo 117.º do RGIT).

## FAQ 15

**COMO SE DEVE  
PREENCHER A IES?**

Ver FAQ n.º3.

## FAQ 16

**UM CARRO PERTENCENTE  
À EMPRESA É VENDIDO  
À MULHER DO SÓCIO  
MAIORITÁRIO. ESTA TRANSAÇÃO  
DEVE SER REFERENCIADA NA IES  
E NO DFPT?**

Sim, em ambas.

Existe relação especial entre a empresa e a mulher do sócio, enquadrável na alínea a), n.º4 do artigo 63.º do CIRC *(Uma entidade e os titulares do respetivo capital, ou os cônjuges, ascendentes ou descendentes destes, que detenham, direta ou indiretamente, uma participação não inferior a 20 % do capital ou dos direitos de voto)*, pelo que a transação estabelecida deve ser alvo de análise.

## FAQ 17

**A VENDA DE UM CARRO ENTRE DUAS ENTIDADES SEM PARTICIPAÇÃO SOCIAL ENTRE ELAS, MAS COM O MESMO SÓCIO MAIORITÁRIO NA ESTRUTURA DE PARTICIPAÇÕES DEVE CONSTAR NA IES E NO DFPT?**

Sim, em ambas.

Existe relação especial entre as duas empresas, enquadrável na alínea b), n.º4 do artigo 63.º do CIRC (*Entidades em que os mesmos titulares do capital, respetivos cônjuges, ascendentes ou descendentes detenham, direta ou indiretamente, uma participação não inferior a 20 % do capital ou dos direitos de voto*), pelo que a transação estabelecida deve ser alvo de análise.

## FAQ 18

**A DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS AOS SÓCIOS DEVE CONSTAR NA IES E NO DFPT?**

Não. Deve constar na IES, mas não no DFPT.

Existe relação especial entre a empresa e os sócios, enquadrável na alínea a), n.º4 do artigo 63.º do CIRC (*Uma entidade e os titulares do respetivo capital, ou os cônjuges, ascendentes ou descendentes*

*destes, que detenham, direta ou indiretamente, uma participação não inferior a 20 % do capital ou dos direitos de voto*), no entanto, esta transação não tem substância para análise.



- contabilidade e reporting
- assessoria fiscal
- recursos humanos
- corporate finance
- risco e compliance
- seguros
- formação

Para definirmos uma solução à sua medida ou obter esclarecimentos adicionais, p.f. contacte-nos através do seu gestor Moneris ou pelo email [info@moneris.pt](mailto:info@moneris.pt).



Europa  
África  
América  
Ásia  
Oceania

#### Portugal

Lisboa  
Porto  
Faro  
Aveiro  
Bragança

Leiria  
Santarém  
Setúbal  
Vila Real  
Viseu